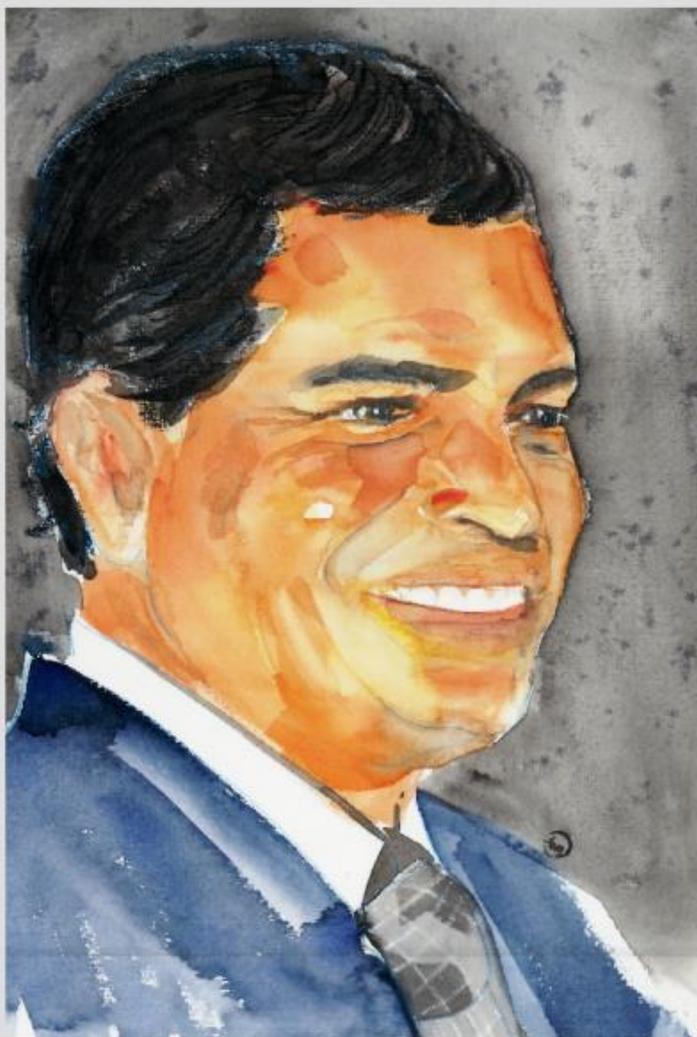


**ENCRUZILHADA: REFORMISMO SOCIAL E DISPUTA DE HEGEMONIA,
PROCESSOS POLÍTICOS E MOVIMENTOS POPULARES NO EQUADOR ATUAL**

Crossroads: Social Reformism and Dispute for Hegemony, Political Processes and
Popular Movements in Current Ecuador

Francisco Hidalgo **FLOR** (Professor na Escola de Sociologia da Universidade Central
do Equador, membro do centro de investigações para o desenvolvimento – CINDES, Equador)

Tradução: Marisa de Oliveira



Rafael Correa

Este texto propõe-se analisar os processos políticos vividos no Equador de 1990 até os dias de hoje, assumindo a perspectiva de tendência de esquerda ancorada nos movimentos populares. Para esta análise toma-se como marco teórico o conceito de disputa de hegemonia. Parte-se de seu reconhecimento como um único processo com vários momentos políticos, que tem início com o levante indígena do Inty Raymi e vai até o triunfo eleitoral de Alianza País. Dá-se uma interpretação específica ao movimento indígena, como protagonista integral de uma reforma cultural, que assenta suas bases para um novo projeto social, e outra às classes e camadas médias urbanas, que sintetizam as demandas de cidadania. No texto a nova situação é caracterizada como uma dualidade, o entrecruzamento de um projeto de modernização do estado com o de reforma democrática. Gera-se assim uma situação de encruzilhada, que se inicia com o período 2006-2009, o qual pressiona a esquerda tradicional e os movimentos populares a vislumbrar uma viragem estratégica. Dispõe que a síntese desse processo se encontra no processo constituinte e nos conteúdos-chave da Nova Constituição, que acolhe em boa medida as demandas fundamentais dos movimentos populares e sociais e coloca-os em um projeto comum “para frente”.

Entrecruzamento de Caminhos

Encruzilhada, o ponto onde se cruzam dois ou mais caminhos, é uma palavra que é comumente usada também para se descrever uma situação difícil, na qual acaba sendo complexo estabelecer o rumo a seguir; qualquer resolução implica riscos, pois não se está certo sobre onde levam as rotas que se abrem, correndo-se sempre o risco de uma surpresa.

O processo político e social que se instala no final de 2006 constitui uma encruzilhada; para os movimentos populares, estabelece vários propósitos, políticos e teóricos, mas apresenta também um sinal de esperança.

Os velhos caminhos percorridos, que permitiram chegar a esse ponto de ruptura, já não são suficientemente válidos para os novos cenários, que pedem reposicionamentos estratégicos e uma prática hábil na conjuntura.

Os movimentos operários, indígena, camponês, estudantil, em grande medida, ligados a partidos de esquerda com tradição, foram decisivos para gerar as condições de uma crise de hegemonia para o modelo neoliberal, mas não são os condutores do novo processo de reformas.

O processo que se abre em 2006 toma como lemas: “deixar para trás a longa noite neoliberal”, “acabar com a partidocracia”; e “revolução cidadã”. Não é nem mais nem menos que isso.

Processos Políticos e Hegemonia

Para proceder à análise, neste artigo adota-se a perspectiva de disputa e crise de hegemonia.

O conceito de hegemonia refere-se ao fato de um projeto ou estratégia de uma classe social concreta, ou de um círculo dirigente econômico-político, requerer não só o momento da força, a capacidade de imposição, mas também a busca por adesão, por construção de consensos com um conjunto de classes e grupos sociais, que tornem viável esse projeto ou estratégia.

Somente essas adesões ou consensos entre várias classes e estratos sociais poderiam garantir a sobrevivência, no longo prazo, de uma proposta econômico-político-social, de transformação radical, que não pode deixar de implicar uma reforma ética e moral.

Ao tomar como referência a teoria da hegemonia, devemos reconhecer sua complexidade. O mais destacado de seus teóricos foi Antonio Gramsci, que abordou o tema várias vezes em seus célebres *Cadernos do Cárcere*, em um deles (Caderno 8 & 21 e 52)¹ propõe os seguintes temas: i) a questão do homem coletivo e o indivíduo no paradigma da condução política; ii) a questão da revolução em contextos de sociedade civil fortalecida; iii) a questão das ideologias como instrumento da ação política.

Ainda no Caderno 8, propõe um segundo nível de análise: o debate sobre revolução-restauração, que pode conduzir a uma situação de revolução passiva (C 8 & 51);² e, a questão da consciência política das classes trabalhadoras (C 8 & 169).³

Finalmente Gramsci precisa que “o conceito de hegemonia só pode nascer depois do advento de certas premissas, a saber, as grandes organizações populares de tipo moderno, que fazem o papel de ‘trincheiras’, e as formas permanentes da guerra de posições”.⁴

Visão Geral do Processo Econômico-Social

A hipótese principal é que no processo político compreendido entre 1990 e 2006 apresenta-se uma crise do projeto oligárquico-neoliberal, de cujas expressões, uma é a impossibilidade de construir hegemonia, o que por sua vez possibilita uma dinâmica social a partir de baixo caracterizada por: a) consolidação do movimento indígena, sujeito social que contribui para uma reforma cultural, b) mas não consegue afirmar uma direção política popular do processo; c) a direção transfere-se para as classes médias com um projeto de reivindicações cidadãs; d) isso configura uma nova situação, a modernização de um Estado que inclui a sociedade civil; e e) isso demanda uma profunda mudança de estratégia nos movimentos populares e na esquerda socialista.

Podem-se identificar nesse processo quatro momentos: i) entre 1990 e 1998, do levantamento indígena do Inti Raymi até a crise bancária; ii) em seguida, entre 1999 e 2003, da crise bancária e da dolarização até o processo eleitoral de que Gutiérrez sai vencedor; iii) entre 2003 e 2006, do governo de Gutiérrez, sua queda e o processo eleitoral em que triunfa Correa; iv) o governo de Alianza País.

Num primeiro momento, afirma-se a aplicação do modelo neoliberal, mas este coincide com a consolidação do movimento indígena, que vai lhe dar um conteúdo diverso ao da resistência popular, por suas demandas étnicas e culturais em um país que carrega o peso do colonialismo. Isso é determinante, pois os setores populares têm uma proposta que lhes outorga a possibilidade de disputar a direção, o sentido do processo.

Num segundo momento, torna-se evidente a crise do modelo e a capacidade política dos partidos oligárquico-neoliberais se desmorona, ao passo que os movimentos populares ganham em protagonismo e capacidade de mobilização, ao ponto de armarem um acordo eleitoral que lhes permite ganhar as eleições.

O terceiro momento está marcado pelas turbulências no governo e na institucionalidade oficial, as debilidades, dado o tipo de alianças construídas e a emergência de uma corrente especificamente das classes e camadas médias, com as bandeiras da cidadania.

O quarto momento é a consolidação do governo de Alianza País, que por sua vez marca uma situação de dualidade, com uma fase de reforma social, mas atada a uma modernização do estado e a adesão de bases sociais não orgânicas que, no entanto, conta com o apoio de uma parte do movimento popular organizado.

Crise do Modelo Oligárquico-Neoliberal, Sem Hegemonia

A implementação do modelo neoliberal, que no Equador caracterizou-se por uma dinâmica de reprimarização exportadora,⁵ vem dos anos 1982 e 1983, com os primeiros acordos com o FMI e o Banco Mundial, e se assenta em modelos oligárquicos na economia e na política.

Inicialmente desmontou as débeis instituições do desenvolvimentismo, reduziu o já pequeno aparato estatal, reconcentra-o segundo os interesses dos círculos econômicos oligárquicos, por exemplo, o setor agrário, diretamente traduz-se em subsídios e programas de incentivo à agro exportação; no setor petrolero, dedica-se a garantir as inversões transnacionais; no setor financeiro, à liberalização do sistema bancário. Não há um intento de construir nexos e relações com as economias populares, que são deslocados dos programas produtivos para os programas de atenção aos marginalizados, quando não são levados a uma franca exclusão.

Reciclou as formas políticas oligárquicas, cujos nexos de comunicação com os setores populares baseiam-se em clientelismo básico, o melhor exemplo é a recomposição do *Partido Socialcristiano* e o traslado de seu eixo do gamonalismo serrano para o *gamonalismo* costeiro, sob a égide de León Febres Cordero.

Por fim seu principal expoente eleitoral era o exportador de bananas Álvaro Noboa, conhecido por adotar formas de exploração primitivas, um discurso político elementar e uma estrutura eleitoral à imagem e semelhança de suas empresas.

Esse modelo oligárquico, agravado pelo “deixe fazer, deixe passar” neoliberal, entra em colapso nos anos 1998 e 1999, com a crise bancária, que desarticula a economia nacional, destrói forças produtivas, agudiza a pobreza e a marginalização nos setores populares e, em seguida, impõe a ela a dolarização.

Nessas condições de crise o clientelismo não dá conta de sustentar qualquer tipo de adesão dos setores populares, e como a isso se somam as disputas entre frações nas classes dominantes, temos o cenário de quebra.

Lucio Gutiérrez chega à presidência em 2003, mas não compreende o momento histórico e faz um governo de entrega de cargos a seus aliados populares; mas a essência da práxis econômica se sustenta no neoliberalismo, apostando nas negociações de um Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos.

Movimento Indígena e Reforma Cultural

A evolução positiva do movimento social no Equador, até o ponto de se tornar decisivo para a débâcle do modelo oligárquico neoliberal, não teria sido igual sem o protagonismo que o movimento indígena alcançou na década de noventa e início dos anos 2000.

A consolidação do movimento indígena, com suas propostas de inclusão social, de multiculturalidade, interculturalidade e plurinacionalidade, foi decisiva para que os movimentos populares pudessem estruturar uma proposta alternativa com capacidade de liderança e adesão nas classes populares.

O movimento indígena nesse período desmascarou e enfrentou velhos assuntos da opressão, iniquidade e marginalização que caracterizaram a dominação oligárquica e dependente, como são o colonialismo, o racismo e a exclusão.

Isso permitiu ao campo popular superar o baque gerado pela crise do movimento operário e do projeto socialista, e articulou as demandas classistas e nacionalistas com as demandas culturais e étnicas.

A incidência desse processo não se limitou ao âmbito político; motivou um ambiente de reforma cultural e intelectual que foi decisivo para que os discursos da tendência adquirissem uma perspectiva ampla. Os próprios círculos estritamente artísticos e científicos também sentiram este influxo e tremores.

Essa reforma cultural, uma das principais contribuições do movimento indígena, se expressa no combate ao colonialismo, à dependência intelectual eurocêntrica e ao desmascaramento do racismo; coloca em discussão os sentidos da mestiçagem e o papel dos povos e cidadãos mestiços ante as demandas das nacionalidades indígenas; põe no debate o tema do estado-nação como o instrumento de homogeneização da população, que esconde a imposição de um modelo de desenvolvimento e de sociedade que destrói a natureza e os seres humanos.

Essa reforma cultural vai de encontro aos pilares da modernidade burguesa: o extrativismo, os conteúdos e sentidos do progresso, e a nação.

O Equador vai deixando de ser o país com um âmbito cultural “municipal e espesso”, como uma vez o qualificou Agustín Cueva, para adquirir importante riqueza e variedade discursiva e interpretativa.

Os Outros Movimentos

A configuração da tendência à mudança não foi possível só pelo movimento indígena; aí estiveram também as organizações operárias, as organizações estudantis e do magistério, os diversos movimentos ecologistas e de mulheres.

A resistência ativa, persistente de todos esses movimentos, permitiu manter, consolidar e tornar poderosa a corrente popular contra o modelo neoliberal e as formas oligárquicas.

Dentro das organizações operárias destacaram-se aquelas vinculadas às empresas estatais, especialmente nos ramos de petróleo e energia elétrica, defendendo a propriedade estatal sobre esses setores estratégicos da economia nacional contra as privatizações e a expansão das transnacionais.

Dentro das organizações estudantis e do magistério esteve presente a luta em defesa da presença predominante do Estado na educação e na saúde, contra as privatizações e a fragmentação desses serviços públicos, em nome da descentralização.

Um âmbito especial da luta dessas organizações foi em defesa de uma previdência social pública e solidária, contra a criação e transferência do IESS (*Instituto Ecuatoriano de Seguridad Social*) para as agências de fundos privados.

Os movimentos ecologistas foram importantes na construção dessa tendência, pautando a luta contra o neoliberalismo desde a ótica de sua destruição dos ecossistemas e a depredação da natureza; esse setor resgata o conceito de *sumak-kawsay*, ou bem viver, que faz parte do saber dos povos e culturas ancestrais.

As organizações de mulheres contribuíram solidamente para essa tendência, enriquecendo a visão e as propostas de uma equidade integral e da participação política direta.

Debilitamento

Mas o movimento indígena que foi tão decisivo no transcorrer deste processo, situado na liderança do campo popular e no enfrentamento aos cenários políticos nacionais e ao devir próprio de uma confrontação nacional e classista no momento de crise oligárquico-neoliberal, saiu debilitado e dividido de sua passagem, na condição de aliado, pelo governo de Lucio Gutiérrez, nos anos 2004 e 2005.

No debilitamento do movimento indígena está presente também um elemento estrutural; partes significativas das populações indígenas são camponesas, e viveram nestes anos um processo de desestruturação de suas agriculturas, em disputa com a agro exportação em expansão, com a proeminência de formas subordinadas impostas pelas agroempresas, e a forte onda migratória para os centros urbanos e também para Estados Unidos e Espanha.

Saída da Crise e Demandas Cidadãs

O modelo oligárquico neoliberal entrou em momento de crise acelerada e isso marcou o devir das forças sociais e políticas no triênio 2003-2006; os pactos que haviam sustentado esse projeto se desfaziam, e gerou-se uma espécie de vazio, que se expressou em abril de 2005, na denominada “revolta dos foragidos”, com a queda do governo de Gutiérrez e a ascensão de Palácios à Presidência.

Lamentavelmente o movimento indígena e outras forças da esquerda com tradição, que haviam colaborado com o mencionado governo, também sofrem uma decadência.

O cenário muda e começam a ganhar força as demandas de cidadania, e em torno delas aglutinam-se as classes e camadas médias da população, especialmente das zonas urbanas da região andina.

A identificação econômica do caráter da crise, como crise oligárquico-capitalista, perdeu força de convocatória, e em seu lugar ganhou peso o discurso que a identificava como uma crise das formas de representação e da prática institucional, a desmoralização da “partidocracia”.

A centralidade do debate se transfere para as classes médias, pois a classe operária continua muito abalada.

No campo econômico ganham força as demandas de soberania e de recuperação das atribuições do Estado nas relações com o mercado, por exemplo, nos debates a respeito da assinatura do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, nas negociações com as transnacionais petroleiras.

Nesse contexto é que surgem os diversos núcleos que vão conformando Alianza País e também a figura pública de Rafael Correa, que era Ministro de Economia e Finanças.

Articula-se uma proposta eleitoral que recupera, por um lado, as demandas requerendo transparência e participação nas instituições públicas, especialmente nos cargos eletivos, como os do parlamento ou o do executivo. Quem manda é o povo, os governantes devem decidir de acordo com esse mandante; e, por outro lado, recuperar o controle estatal sobre as áreas estratégicas da economia, como o petróleo, e proteger as economias nacionais dos perigos da globalização dos mercados.

A saída da crise dá-se no cenário das eleições de 2006, cujos resultados anunciam um novo rumo; no primeiro turno colocam Rafael Correa em disputa com Álvaro Noboa e no segundo elegem àquele presidente.⁶

A Nova Situação

O projeto de imposição neoliberal e a totalização do mercado estão derrotados; mas o sistema capitalista tem muitas faces e sabe variar estratégias.

Mas o grau de abertura, a magnitude das concessões a negociar, não se decidem só em seu campo; pois ao mesmo tempo apresenta-se uma tendência ou corrente nas classes populares que põe em questão aspectos fundamentais da dominação, embora ainda não se cogite a transformação total.

A vitória de Correa e Alianza País, com seu programa de revolução cidadã, que incorpora a bandeira da Assembleia Constituinte e da nova Constituição, caracterizam um novo momento. A transcendência de uma situação de crise no modelo oligárquico-neoliberal e uma saída fundada em soberania, participação e democracia, com todas as limitações que possa haver, é um acontecimento que supera o âmbito nacional e dá conta de processos regionais.

A globalização neoliberal penetrou e fraturou as economias e sociedades latino-americanas, mas não as submeteu; encontrou resistência e oposição, em alguns lugares houve condições mais propícias que em outros.

Percebe-se que sua crise compromete não só o aspecto econômico, mas afeta ainda o conjunto de processos que permitem e garantem a reprodução da vida e da natureza.

O campo popular ainda não alcança uma coesão, tem muitas potencialidades, mas as limitações abertas com a derrota do projeto socialista do século XX não foram superadas.

Não se pode perder de vista que os povos aprendem em sua prática social e política, que é importante acompanhá-los e promover uma conscientização. Não se restringiu a vanguardas isoladas, carentes de nexos com a práxis política concreta das classes populares.

Não é a situação de uma quebra profunda do sistema capitalista, mas sim a presença de uma pressão social por reformas substanciais, que provém dos principais atores: movimento indígena, organizações de trabalhadores estatais, agrupamentos sociais que reivindicam os direitos das mulheres e o direito à água e à alimentação, das redes ecologistas.

Modernização Estatal: Sociedade Política + Sociedade Civil

Na situação política que se configura na nova conjuntura, há uma disputa de sentidos e de projeção do processo.

Num sentido está determinado pelo projeto progressista, que implica rupturas com o modelo oligárquico-neoliberal, renegocia modernização do Estado, renovação da economia e da institucionalidade pública e gera acordos sociais que permitam a governabilidade.

A modernização da economia implica recuperar o papel do estado – planificando e controlando o mercado, consolidando a intervenção direta na produção, em especial nos recursos chave da economia, como o petróleo, o comércio exterior – e limitar a dependência em relação às transnacionais.

Procede-se à recuperação da institucionalidade pública, para que esteja presente nos setores e áreas que foram abandonados e entregues ao capital privado, como a saúde, a educação, a agricultura, os direitos trabalhistas, os povos indígenas.

Trata-se de afirmar a base social, ganhar a adesão popular ao projeto, agir para que as decisões de governo contem com o apoio dos setores envolvidos ou afetados, implementar mecanismos de gestão participativa.

Isso significa uma sociedade moderna, isto é, uma sociedade política com sociedade civil, um projeto de poder que conte com adesões, rede de instituições, organismos, associações que, penetrando na sociedade, vão tecendo e garantindo consensos.

No interior dessa tendência, sem embargo, estão presentes setores políticos e intelectuais que aspiram a um horizonte mais amplo, um projeto alternativo, que na contracorrente esboça um modelo de desenvolvimento totalmente diferente do neoliberal, com reformas substanciais no capitalismo, baseado nas economias populares, nos pequenos e médios produtores do campo e da cidade, visando à transferência de mais-valia, dos setores empresariais de ponta para os camponeses e artesãos, assim como à melhora dos salários e das condições de trabalho das classes trabalhadoras.

Articula as propostas classistas populares e nacionalistas, com a cosmovisão andina e suas formas de conciliar a evolução da produção com o bem-estar coletivo.

O outro setor que disputa o sentido do processo, são os setores burgueses que buscam limitar, conter, o impulso popular, canalizá-lo em uma proposta de mera modernização, realizar as menores concessões possíveis, sem mexer em aspectos estruturais, como trocas de figuras no governo sem cortar os cabos fundamentais do poder econômico e político. Ajustes técnico-administrativos sem reforma social.

Finalmente estão os setores abertamente oligárquicos, que se movem nos níveis da conspiração e mantêm o discurso de abertura e diminuição do estado.

Essas disputas entre tendências se dão em torno do governo, mas também em torno da instituição política que os abarca: Alianza País.

Alianza País em sentido estrito não é um partido político, e sim um movimento político-eleitoral que reúne em seu interior várias tendências, algumas delas com posturas próprias, outras na esteira de certos líderes ou caudilhos locais ou regionais. Boa parte identifica-se com a esquerda, mas com a “sem tradição”. A figura de Rafael Correa e seu discurso é o que os articula.

Quais são as questões em disputa?

O que se abre no Equador, na conjuntura 2006-2007, é a transição para outra modalidade de acumulação e outro jogo de alianças de classes, mas é também um momento de ruptura gerado por pressão “de baixo”, e não um golpe de estado “de cima”. Portanto há um componente de pressão por conquistas democráticas de maior alcance, que supera os limites previstos nas instituições estabelecidas.

É um momento especial, no sentido de que a débâcle dos padrões de dominação oligárquico-neoliberais coincide, e também faz parte, de um contexto de crise internacional do capitalismo, que começa a se manifestar em toda sua magnitude, na quebra de uma forma de domínio mundial, como é a unipolaridade dos Estados Unidos da América, e na crise dos capitais especulativo-financeiros, os quais acarretam processos agudos de exclusão, marginalização e destruição da natureza e do trabalho.

É uma problemática que no caso equatoriano tem uma saída progressista, uma vez que gera condições para afirmar conquistas das classes populares, e se alinha, no âmbito internacional, com forças que pressionam por um novo contexto que afirme uma multipolaridade, que construa alianças regionais e estabeleça controles internacionais e nacionais sobre o capital financeiro e as transnacionais.

É uma conjuntura de transição, sobre a base da proposta de modernização do estado (sociedade política + sociedade civil), mas em que se é obrigado a fazer concessões, que é a abertura de um movimento constituinte com participação social, somado com o enfrentamento da crise capitalista (crise financeira + crise industrial + crise alimentar + crise ambiental).

Isso conforma um desafio político, de construir o tecido de interrelações dos diversos sujeitos envolvidos e a possibilidade de consolidar uma intelectualidade orgânica que assuma os desafios destacados.

Mas também um desafio teórico e programático para a esquerda com tradição, que carrega a irresoluta crise do projeto socialista e que necessita dar passos no sentido da superação, neste contexto.

Trata-se de ganhar tempo para que a organização popular histórica possa assumir o desafio de reconstruir uma teoria e um projeto político histórico, sobre a base de sujeitos políticos diversos e multiculturais.

Pensadores equatorianos identificaram há algum tempo que, nesse âmbito estratégico, um problema crucial, evidenciado pelo processo político vivido no Equador, é o “sujeito restringido e unilateral”,⁷ frente ao qual a tarefa é “o trabalho e a reflexão sobre formas de

construção intersubjetivas, que gerem resultados multiculturais e uma visão pluralista emancipadora”.

Jaime Breilh precisa que “a construção emancipadora intersubjetiva seria então uma superação dialética da construção emancipadora convencional da esquerda mestiça, que foi em grande medida monocultural. Monocultural não só no sentido de sua linha “eurocêntrica”, ou fortemente referenciada pelos parâmetros do pensamento da modernidade “ocidental”, mas também monocultural androcêntrica”.

De alguma maneira essa questão chave, de reconhecer a crise do sujeito unicultural e centralista, como eixo de um processo revolucionário, é também compartilhado na análise de Bolívar Echeverría sobre os desafios atuais para o pensamento marxista.

Sustenta que “nos tempos atuais, a ”subjetividade” não só se dispersou, como recorreu a inúmeras metamorfoses, muitas delas surpreendentemente enganosas. O “contrapoder” permanece malesboçado, reativo a constituir-se enquanto tal; afirma-se mais com a qualidade de uma “não potência” ou como uma resistência difusa cujo “poder” seria completamente de outro tipo”.⁸

E acrescenta: “a reticência por parte do protosujeito, que trabalha anonimamente contra a modernidade capitalista, a constituir-se em sujeito, provém sobretudo do respeito que tem por sua própria diversidade, ou seja, deve-se à sua aceitação militante de um fato agora inegável – depois da ilusão moderna da uniformidade: a dispersão dos significantes que prevalece como movimento essencial dessa resistência social”.

Encruzilhada e Viragem Estratégica

A esquerda com tradição e os movimentos populares enfrentam múltiplos desafios, que lhes obrigam, sob pena de perder os espaços sociais e políticos ganhos, que no Equador não são poucos, a uma viragem em suas estratégias quanto à práxis política e à democracia, a construção do bloco popular, as vias de acesso e concepções sobre o poder.

As vicissitudes do processo político analisado, que cobre duas décadas, colocam-no ante o problema da disputa de hegemonia como aspecto estratégico central, no marco de um novo status político e mudança de modelo, do estado oligárquico-neoliberal para o estado moderno-progressista, mas também de uma conjuntura que se abre a um reformismo social.

É sobre a base do reformismo social que se vai tecendo um novo consenso, e esse é o sentido profundo da encruzilhada, e que tem várias opções: a) participação e pressão pelo sentido das reformas, o qual implica envolvimento dos setores sociais e ao mesmo tempo defesa do novo *status* político, ameaçado pelos setores oligárquicos desalojados do poder; ou b) denúncia do sentido profundo do novo *status* político e oposição frontal a ele, reivindicando uma proposta diretamente anticapitalista.

Essa encruzilhada não é uma questão exclusiva do Equador, e sim de vários países latino-americanos, e tem uma particularidade em relação a outros momentos históricos, mais ou menos similares: o cenário se dá em torno de governos resultantes de processos eleitorais com ampla participação popular e de um debate consistente sobre a democracia, inclusive com processos constituintes em seu interior.

A decisão a favor de uma ou outra das opções colocadas, para a organização da esquerda histórica, passa por valorar ou não esse sentido democrático e a participação direta das classes populares nos processos políticos.

Na tradição da esquerda equatoriana a questão democrática fora vista desde uma perspectiva instrumental e com suspeita. Hoje se vê levada a fazer seus os sentidos revolucionários de uma visão democrática.

Um dos campos em que os setores oligárquico-neoliberais foram derrotados foi precisamente no discurso e nas práticas em torno da democracia. O movimento indígena, por exemplo, desde 1990 defendia a nova Constituição e a Assembleia Constituinte como a via adequada, e uma das propostas chaves de Correa e País na campanha eleitoral de 2006 foi expressamente a Assembleia Constituinte e a nova Constituição.

As batalhas futuras, ao menos durante o processo histórico que se afirma, vão-se a seguir realizando nos conteúdos e formas da democracia.

A esquerda com tradição e os movimentos populares enfrentam um Estado fortalecido, muito diferente da velha situação de um Estado debilitado, pois agora conta com uma sociedade civil articulada a seu projeto, e isso demanda uma viragem estratégica.

Isso implica a caducidade da via rápida de assalto ao poder, que requer como sujeitos uma classe mobilizada, uma vanguarda esclarecida e um aparato militar eficiente. Pois agora o poder é muito mais que apenas “o palácio de inverno”, ao estar cercado de sociedade civil, ou seja, de consensos com várias classes.

Agora se trata de assumir plenamente uma estratégia de longo prazo, e de aglutinar ao seu redor trincheiras de espaços políticos, orgânicos e culturais. Isso demanda uma compreensão teórico-política diferente. Assim o viram também outros estudiosos da realidade latino-americana, entre eles o argentino Atilio Borón: “a conjuntura atual do capitalismo nos exige retomar as posições gramscianas, se é que queremos compreender as condições concretas sob as quais será possível lutar efetivamente pela causa do socialismo”,⁹ e por isso recorda-nos que “é a Gramsci que cabe a honra de ter pensado uma estratégia política revolucionária de «longa duração», para a qual forjou um aparato conceitual: «guerra de posições», concepção «ampliada» do Estado, «hegemonia», explicitamente desenhado com esse objetivo”.

Retornando a uma das citações que abriu este artigo: “o conceito de hegemonia só pode nascer depois do advento de certas premissas, a saber, as grandes organizações populares de tipo moderno, que representam as ‘trincheiras’ e as formas permanentes da guerra de posições”; podemos dizer que, nessa conjuntura, abre-se para a esquerda equatoriana a questão da disputa de hegemonia como a estratégia fundamental; as premissas que marcam a situação política assim o determinam.

O Signo Político de “Esperança” e “Mudança”

Para concluir, nos processos políticos há um espaço que escapa à análise conceitual e se move nos âmbitos da subjetividade social, que é o fator não controlado, o do azar, que pode desestabilizar as estratégias friamente calculadas.

Tentando recuperar esse âmbito da subjetividade, ao encerrar o artigo não podemos deixar de ressaltar a aspiração de mudança, em torno a referências aparentemente abstratas

como a esperança que motiva as classes e camadas populares a manter o desejo de transformação.

É um sentimento e aspiração de esperança, em circunstâncias de uma crise que se agudiza, de rebelião contra estruturas de poder muito antigas, que se mantêm incólumes; um desejo de transformações profundas, que são colocadas a favor de um líder carismático, como consequência de uma velha escola populista, que busca as identificações entre povo e caudilho.

Mas é um sentimento que abre a porta a novos processos políticos, que abalam correlações de força, que levam tendências a se radicalizarem, e demanda autenticidade, coerência entre o discurso e a prática.

Essa esperança hoje é canalizada na via de eventos eleitorais e das instituições políticas dadas; isso tem vantagens e desvantagens; a característica mais importante, já assinalada, é a que coloca no centro do debate a questão da democracia. Esse é o signo dos tempos presentes.

Síntese do Processo político: Constituição de 2008

O devir dos movimentos populares, suas lutas de longo fôlego e suas propostas renovadas dessas duas últimas décadas, no cenário de um complexo processo político vivido nesse período histórico, encontra um momento de síntese na Assembleia Nacional Constituinte de 2007-2008 e nos conteúdos da nova Constituição.

A questão da constituinte, entendida como refundadora das bases do estado-nação, já estava presente nas demandas do movimento indígena no início dos anos 90, fundamentalmente questionando as concepções racistas, discriminatórias, coloniais que marcaram a república ao longo dos séculos XIX e XX.

Logo, na luta contra o modelo neoliberal, a demanda de um processo constituinte ganhou novos conteúdos, dada a necessidade de estabelecer um modelo de desenvolvimento em um sentido oposto ao da globalização dos capitais e mercados, em detrimento das condições de vida dos povos e dos recursos naturais.

Os novos movimentos sociais, especialmente o ecologista e das mulheres, também foram encontrando na demanda constituinte a possibilidade de fixar novos direitos com relação à natureza, limites ao produtivismo e um projeto nacional sustentável, assim como o reconhecimento de direitos à mulher de uma presença mais efetiva nos espaços econômicos e políticos.

Os setores dominantes pretenderam manipular essa demanda com a Assembleia e a Constituição de 1997, ao estabelecer formalmente vários direitos sociais e políticos, mas sob a afirmação do modelo social de mercado.

Essa manipulação fracassou à raiz da crise econômica de 1999 e da crise política de 2005.

Nessas condições recobrou força a demanda social de um verdadeiro processo constituinte e uma nova Constituição, que efetivamente estabelecesse os preceitos de um novo modelo de desenvolvimento, distinto do neoliberal, determinassem os caminhos para uma ordem econômica e social equitativa e sustentável, reconhecessem a diversidade humana, econômica e cultural do país, e elaborasse um norte de modernidade com justiça e liberdade.

O consenso político ganho pela bandeira da Constituinte e da Constituição refletiu-se na contundência dos resultados eleitorais em relação ao referendo para convocar a Assembleia Nacional Constituinte: 81% favoráveis à sua convocação; à conformação da própria Assembleia: 75% de seus membros provenientes da tendência de esquerda; e ao referendo aprobatório da Nova Constituição: 64% pelo sim.

O mais importante é que o processo constituinte 2007-2008 deu lugar a um texto constitucional que na verdade, evidentemente com limitações, sintetiza as demandas principais cujo protagonismo os movimentos sociais e populares foram exigindo ao longo desses anos.

A Constituição de 2008 contém compreensões novas sobre a organização da sociedade, das relações entre a base produtiva e a natureza, a fim de garantir a reprodução da vida digna para a maioria dos equatorianos e das equatorianas; elabora um programa econômico e político reconhecidamente distinto do modelo neoliberal e do produtivismo extrativista; marca as pautas para logros democráticos chaves, garantias para a participação política da sociedade.

Cabe destacar os artigos que referem ao modelo de desenvolvimento social e solidário, direitos e *sumak kawsay* – bemestar, plurinacionalidade e interculturalidade, direitos da natureza, soberania alimentar e direitos à água – como um verdadeiro aporte não só ao processo político do Equador, mas também à tendência à mudança na América Latina.

Os Desafios

O maior desafio é manter a Constituição como referente e convertê-la de verdade em guia da ação governamental, que embora tenha condições de governabilidade muito favoráveis, tanto no interior do gabinete de governo, como no seio mesmo de Alianza País, enfrenta fortes disputas.

Quais são as variáveis principais que vão marcar os cenários no novo momento?

Na primeira variável se encontram os caminhos para enfrentar a crise internacional, que supera os temas meramente financeiros ou fiscais. As opções giram em torno dos pesos que terão os grandes circuitos empresariais, ou a possibilidade de consolidar uma área estatal em aliança com as economias populares. Privilegiar-se-á uma via subordinada ou uma via independente?

A segunda variável encontra-se na direção política do processo; abre-se uma etapa de aprofundamento de conceitos e práticas democráticas, ou mantém-se e se consolida uma via caudilhista, que intercede por cima das frações internas do movimento no poder?

A terceira variável é o modelo de desenvolvimento que organiza o conjunto das políticas governamentais. Mantém-se uma concepção desenvolvimentista de pacto estatal-empresarial, ou vai-se impondo uma concepção social e solidária sustentada em um pacto do conjunto das classes populares com o governo, que sobrepasse o meramente eleitoral?

A quarta variável está fora dos circuitos governamentais e diz respeito às formas de fazer política dos setores populares, ou seja, as vias e mecanismos para se converterem em sujeitos com real capacidade de formular e determinar políticas.

Isso só é possível caso se trabalhe com propostas de curto, médio e longo prazo que articulem as agendas de reivindicações próprias com a proposta geral contida na nova Constituição.

Notas

1. Antonio Gramsci. Caderno 8 notas 21 e 52. Em: *Cuadernos de la Cárcel*. México, Edic. ERA e BUAP, 1984, tomo 3, p. 225 e 244.
2. Ibid p. 243.
3. Ibid p 300
4. Ibid p 244
5. Alberto Acosta. *Breve historia económica del Ecuador*. Quito, Edic. CEN, 2000.
6. Os dados eleitorais de 2006: 1o. turno - Noboa: 26,8% ; Correa: 22,8%. 2º turno - Correa: 56,6% (3.517.635 votos); Noboa: 43,3% (2.689.418 votos).
7. Jaime Breilh. “Sujeto histórico: fractura y emancipación: el marxismo y la nueva dialéctica metacrítica”. Em: *Revista Espacios* No. 10 (Equador, 2001).
8. Bolívar Echeverría. “Lejanía y cercanía del Manifiesto Comunista a ciento cincuenta años de su publicación”. Em: *Vuelta de siglo*. México, Edic. ERA, 2006.
9. Atilio Borón. “El posneoliberalismo: un proyecto en construcción”. No portal de internet *Rebelión*.

Bibliografía

Acosta, Alberto. *Breve historia económica del Ecuador*. Quito, Edic. CEN, 2000. Acosta, A. e Schuldt, J. *La hora de la reactivación: el mito de la falta de alternativas*. Guayaquil, Edic. ESPOL, 2000.

Asamblea Nacional Constituyente. *Constitución 2008*. Montecristi, Edic. A.N.C., 2008. Borón, Atilio: “El posneoliberalismo: un proyecto en construcción”. Em: portal de internet *Rebelión*, acessado em 2004.

Breilh, Jaime. “Sujeto histórico: fractura y emancipación: el marxismo y la nueva dialéctica metacrítica”. Em: *Revista Espacios* No. 10, 2001.

Echeverría, Bolívar. “Lejanía y cercanía del Manifiesto Comunista a ciento cincuenta años de su publicación”. Em: *Vuelta de siglo*. México, Edic. ERA, 2006.

Gramsci, Antonio. *Cuadernos de la Cárcel*. México, Edic. ERA e BUAP, 2001. Coutinho, Carlos. “Gramsci y el “sur” del mundo”. Em: *Poder y Hegemonía hoy*. México, Edic. BUAP, 2004.

Herrera, Miguel Angel. *Introducción a la praxis política gramsciana: hegemonías y contrahegemonías*. Quito, Edic. CINDES, 2008.

Hidalgo, Francisco. “Los movimientos indígenas y la lucha por la hegemonía”. Em: *Poder y Hegemonía hoy*. México, Edic. BUAP – PyV, 2004.

Hidalgo, Francisco. *Alternativas al neoliberalismo y bloque popular*. Edic. CINDES, Universidad de Cuenca, CETRI – Equador, 2000.

Kanoussi, Dora. *Una introducción a los Cuadernos de la Cárcel*. México, Edic. Plaza y Valdes – BUAP, 2000.

Martínez, Fernando. “Necesidad de Gramsci en Cuba”. Em: *Poder y Hegemonía hoy*. México, Edic. BUAP – PyV, 2004.

MOURRO

ISSN 2175-4837

Massardo, Jaime. “La recepción de Gramsci en América Latina”. Prólogo à edição castelhana da biografia de Gramsci, de Antonio Santucci. Em: portal de internet *Gramsci Argentina*, 2000.

Marquez-Fernandez, A. y Diaz – Montiel, Z. “Estado, poder y pueblo: tres conceptos básicos para el análisis de la situación sócio-política latinoamericana”. Em: *Transformaciones Políticas*. México, Edic. Libros en Red, 2005.

Nogueira, Marco. “Un Estado para la sociedad civil”. Em: *Revista del CLAD*, No. 14, junio 1999.

Sacristán, Manuel. *El orden y el tiempo*. España, Edic. Trotta, 1998.

www.mouro.com.br



Conheça a página na internet da
Revista Mouro
e leia as edições anteriores,
disponíveis em PDF

